

RELATÓRIO FINAL

O CONSELHO DE DISCIPLINA DA UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA/ FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO, por delegação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP) – cfr. artigo 59.º, n.º 1, da Lei n.º 38/2012, alterada e republicada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto – instaurou o presente processo disciplinar contra o ciclista filiado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx titular da licença nacional n.º xxx a fim de se apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo antidopagem positivo em competição, realizado no dia xxxx, com o nome de código “ACEM”, que acusou a presença da substância proibida específica *Efedrina* (pertencente à classe S.6.b. da Portaria n.º 381/2017, de 19 de dezembro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos), e da substância proibida *GHRP-2* (pertencente à classe S.2 da Portaria n.º 381/2017, de 19 de dezembro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos).

I. RELATÓRIO DE TRAMITAÇÃO

No âmbito da realização de inquérito prévio, na sequência do controlo antidopagem supra identificado, a ADoP recolheu os seguintes elementos probatórios:

1. Relatório de Ensaio da análise à amostra A (v. fls. 5 a 9);
2. Formulário de Controlo Antidopagem (v. fls.10);
3. Comunicação escrita feita pela UVP-FPC ao atleta, informando-o do resultado positivo da amostra A e da possibilidade de ser requerida a contraanálise (v. fls. 11 a 13);
4. Resposta do arguido, informando que prescindia da realização da contraanálise (v. fls. 14 e 15);
5. Comunicação feita pela FPC à ADoP, a informar que o arguido prescindia da realização da contraanálise (v. fls. 14 e 15).

O processo disciplinar foi, assim, instaurado no dia 3 de setembro de 2018 (v. fls. 1) e, neste âmbito, foi efetuado o presente inquérito, durante o qual foram realizadas as seguintes diligências de instrução:

1. Foi enviado ao arguido, e este recebeu, o despacho de abertura do processo disciplinar (v. fls. 17 a 20);
2. Foi remetida ao arguido, e este recebeu, a acusação e a notificação com o agendamento da inquirição, sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesas (v. fls. 21 a 29);
3. Foi enviado ao arguido, e este recebeu, o Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, no qual é aceite a renúncia do instrutor Tito Crespo e nomeada a presente instrutora (v. fls. 30 a 32);
4. Foram tomadas declarações ao arguido (v. fls. 33 a 35).

O arguido não constituiu mandatário e não respondeu por escrito à acusação. Contudo, na data designada para a sua inquirição, compareceu e manifestou vontade de prestar declarações.

Importa ainda sublinhar que em nenhum momento do inquérito resultou que a conduta do arguido tenha sido auxiliada, ou de qualquer outra forma comparticipada, por elementos do pessoal de apoio ao praticante desportivo, motivo pelo qual não houve outros acusados (conforme resulta do disposto no artigo 58.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto).

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer e os elementos constantes do processo disciplinar são, a nosso ver, suficientes para tomar uma decisão. Pelo que, concluída a instrução, cabe elaborar este Relatório Final de inquérito, que acompanhará o processo e se destina a facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Importa, nesta sede, explanar e analisar criticamente toda a prova realizada durante o inquérito, bem como a defesa eventualmente apresentada pelo arguido, a fim de

determinar quais os factos que se devem considerar provados e quais os factos que se devem considerar não provados.

Apurados os factos provados, verificar-se-á se os mesmos se subsumem, ou não, às normas legais e regulamentares aplicáveis, concluindo-se enfim pela condenação ou, inversamente, pela absolvição do arguido.

i) DA PROVA REALIZADA

Como acima se disse, o arguido está acusado da prática de um ato de dopagem, por ter sido detetada no líquido orgânico que lhe foi recolhido pela ADoP a presença de duas substâncias proibidas. Tal circunstância constitui, sem mais, uma violação ao artigo 3.º, n.º2, al. a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto [artigo 8.º, n.º1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo] e, consequentemente, consubstancia a prática de um ilícito disciplinar, nos termos do disposto no artigo 56.º, n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

A acusação fundou-se no relatório de ensaio da amostra n.º A4127933, realizado no UGENT – DOCoLAB – DEPARTMENT OF CLINICAL CHEMISTRY, MICROBIOLOGY AND IMMUNOLOGY, no qual foi detetada na amostra a presença das seguintes substâncias:

- *Efedrina* (substância proibida específica, pertencente à classe S.6.b) da Portaria n.º 381/2017, de 19 de dezembro); e
 - *GHRP-2* (substância proibida, pertencente à classe S.2. da Portaria n.º 381/2017, de 19 de dezembro)
- (v. fls. 5 a 9).

Notificado do resultado adverso da análise, bem como da faculdade de requerer a realização de contraanálise, o arguido prescindiu de o fazer (cfr. e-mail de fls. 13 a 14), pelo que a análise da amostra B não foi efetuada.

Apesar de não ter apresentado defesa escrita, o arguido prestou declarações em sede de inquirição verbal e presencial, as quais foram reduzidas a Auto, com o seguinte teor essencial:

1. “Questionado se em 2018 se filiou na FPC, respondeu que sim.
2. Perguntado se participou na prova xxxx, que teve lugar no dia xxxx respondeu que sim.

3. *Inquirido se no final da prova foi submetido a um controlo antidopagem realizado pela ADoP, respondeu que sim.*
4. *Perguntado se no controlo antidopagem houve alguma coisa digna de registo por fugir às práticas normais/padrões, respondeu que não.*
5. *Confrontado o declarante com o documento de fls. 10 (Formulário do Controlo Antidopagem) e perguntado se a assinatura ali constante lhe pertence, respondeu que sim.*
6. *Perguntado a que é que atribui o resultado positivo da análise, que acusou a presença das substâncias proibidas Efedrina e GHRP-2 no seu organismo, respondeu que tinha como objetivo perder peso, e, em meados de Abril, pesquisou na internet como poderia fazê-lo. Encontrou um site (www.growthfactor.bz – que refere agora já não conseguir aceder, por o mesmo ter deixado de estar em funcionamento) e, num espaço próprio do site (tipo chat) para o efeito, questionou o que é que poderia tomar para perder peso. Em resposta, através do mesmo meio, foi-lhe respondido que tomasse um medicamento, de cujo nome não se lembra. Refere que, logo de seguida, questionou se o mesmo tinha alguma substância proibida, e que foi informado que não. Assim, encomendou o referido medicamento, o qual recebeu em 2/3 dias, começando desde então a tomá-lo. Refere ainda que, efetivamente, perdeu peso, e que foi nessa contingência que, no dia da prova, veio a acusar positivo.*
7. *Perguntado se esse objetivo de emagrecer está relacionado com a prática do ciclismo, respondeu que também, mas não só. Referiu que, a nível pessoal, tem um histórico de obesidade e que, sempre que se acha a ficar mais gordo, sente necessidade de tomar medidas. Quanto ao ciclismo, refere que, apesar de a perda de peso ajudar na prática da modalidade, nunca se quis dopar.*
8. *Perguntado se esse medicamento é um dos que consta no campo “Declaração de medicamentos / suplementos” do Formulário de Controlo, a saber, “Lavamox” respondeu que não, que se trata de um medicamento que tomou para a gripe. Quanto aos restantes (“proteínas”, “vitaminas” e “ferro”), referiu que as mesmas são suplementos que qualquer atleta toma.*
9. *Perguntado porque não mencionou o medicamento a que alude acima em 6. no Formulário de Controlo, respondeu que não o fez porque não sabia que continha uma substância proibida, e porque não se lembrava do nome.*

10. Questionado se agora que sabe que o dito medicamento contém substâncias proibidas fez alguma coisa, respondeu que deixou de tomar o medicamento. Referiu ainda que apenas o tomou durante o tempo necessário para conseguir perder peso.
11. Inquirido por que motivo não fez o pedido da Autorização de Utilização Terapêutica antes do controlo positivo, respondeu que não tem conhecimento dessa possibilidade, nem nunca ouviu falar de tal autorização.
12. Perguntado se depois deste controlo foi novamente controlado, respondeu que não.
13. Inquirido sobre a sua condição sócio-económica atual, respondeu que está a trabalhar por conta de outrem, auferindo um salário mensal de €790, e que tem um filho com 18 anos a seu cargo, que se encontra a estudar.

Por fim, questionado ao declarante se pretendia fazer mais alguma declaração, respondeu que se soubesse que a toma da substância ia dar em alguma coisa, não tinha tomado nada, e antes queria continuar na condição física em que estava antes. Garantiu que não irá voltar a tomar medicamentos sem ter a certeza do que está a tomar, e que irá aprofundar a sua pesquisa de ora em diante. Apela, contudo, à circunstância de ser ciclista amador e não ter qualquer apoio médico que lhe permita aprender este tipo de coisas. .” (v. fls. 33 a 35).

Por fim, a Instrutora juntou ainda, oficiosamente, ao processo, informação obtida no site do www.infarmed.pt, segundo a qual se pode concluir que uma das substâncias proibidas não é comercializada em território nacional (v. fls. 36 a 38).

Entendendo não existirem quaisquer diligências adicionais para a descoberta da verdade, e tendo o arguido tido oportunidade de deduzir toda a defesa que entendesse, bem como de fazer todos os requerimentos de prova que achasse convenientes, a Instrutora prosseguiu para a elaboração de relatório final.

ii) FACTOS PROVADOS E MOTIVAÇÃO

Os elementos probatórios recolhidos durante o inquérito foram objeto de análise crítica e ponderada, a qual permitiu dar como provados os seguintes factos:

1. O arguido é ciclista amador, pertencente à classe xxx, titular da licença nacional n.º xxxx, emitida pela UVP-FPC para a época 2018.
2. No dia xxxxxxxx, o arguido participou na prova "xxxxxx".
3. No final da prova "xxxx", o arguido foi sujeito a um controlo antidopagem realizado pela ADoP, com o nome de código "ACEM", durante o qual lhe foi recolhida uma amostra de urina n.º x.
4. A análise à amostra n.º x realizada no UGENT – DOCLAB – DEPARTMENT OF CLINICAL CHEMISTRY, MICROBIOLOGY AND IMMUNOLOGY revelou a presença das substâncias *Efedrina* e *GHRP-2* no líquido orgânico recolhido no organismo do Arguido.
5. O Arguido prescindiu da análise à amostra B, pelo que a mesma não foi efetuada.
6. Em meados de Abril, o arguido começou a tomar um medicamento, cujo nome ou composição química desconhece, com o objetivo de perder peso.
7. O medicamento que o arguido administrou no seu organismo foi obtido através de uma encomenda feita num site da internet que, atualmente, já não está disponível.
8. O resultado obtido da análise da amostra n.º A4127933 foi consequência da toma do medicamento encomendado pelo Arguido.
9. Por não saber o nome do medicamento, nem se o mesmo continha uma substância proibida, o arguido não declarou a toma desse medicamento no Formulário de Controlo.
10. Após acusar positivo no controlo, o arguido deixou de tomar o referido medicamento.
11. O arguido não pediu Autorização de Utilização Terapêutica nem antes nem depois do controlo positivo.
12. A substância GHRP-2 não é comercializada em território português.
13. Ao tomar o referido produto, o arguido agiu de forma livre e consciente, sem o cuidado necessário para se assegurar de que cumpria o dever de diligência a que estava adstrito.

Os factos dados como provados resultam da conjugação de todo o acervo probatório junto aos autos, conjugados com as regras da experiência comum, interessando destacar os documentos juntos pela ADoP em sede de inquérito prévio (v. fls. 2 a 10), a comunicação do Arguido prescindindo da contraanálise (v. fls. 11 a 15), a ficha de inscrição do atleta na época 2018 (v. fls. 16), o Auto de Declarações do Arguido (v. fls. 33 a 35), e a informação constante do site do Infarmed (v. fls. 36 a 38).

Mais concretamente, o facto provado 1. resulta provado da ficha de inscrição do atleta na época 2018. Os factos provados 2. e 3 ficam provados pelo Formulário de Controlo, junto a fls. 10, o qual, por lhe merecer concordância, foi assinado pelo próprio arguido, conforme pode ver-se no referido documento e conforme foi ainda referido expressamente pelo próprio aquando a sua inquirição (v. fls. 33, questão 5.). O facto provado 4. fica provado pelo documento de fls. 5 a 9, que é o Certificado da Análise realizado pelo UGENT – DOCOLAB e que, nesta parte, consubstancia prova pericial, e ainda não foi sequer impugnado pelo arguido, que reconheceu a possibilidade de ter acusado positivo no controlo antidopagem, considerando que estava a tomar um medicamento de composição desconhecida, ao tempo da prova. O facto provado 5. fica provado pela comunicação feita pelo arguido e junta aos autos (v. fls. 13 a 15); os factos provados 6. a 12. resultam provados, essencialmente, do Auto de Declarações prestadas pelo arguido, as quais, pela sua espontaneidade e coerência, mereceram credibilidade da nossa parte. O facto provado 9. resulta ainda provado do próprio Formulário de Controlo (v. fls. 10). O facto provado 13. fica provado do documento junto a fls. 36, 37 e 18, que correspondem à pesquisa da referida substância no site oficial do Infarmed. O facto provado 14., por sua vez, fica provado, essencialmente, das declarações prestadas pelo arguido, uma vez que este vem, desde logo, admitir que decidiu, de forma livre e consciente, encomendar um medicamento cuja designação e composição desconhece, e começar a tomá-lo na ausência de tal informação. Depois, quanto aos cuidados que eventualmente teve para garantir que dessa decisão não advinha um resultado positivo em sede de controlo antidopagem, refere apenas que questionou, numa espécie de *chat* disponível no site ao qual fez a encomenda, se o medicamento em causa continha alguma substância proibida, tendo-lhe sido respondido que não. Ora, esta conduta do arguido não pode explicar-se se não por extrema incúria, uma vez que o mesmo, para além de não cuidar – até ao momento da sua inquirição no âmbito do processo disciplinar! – de apurar qual o nome e composição do medicamento, limitou-se ainda a conformar-se com uma informação que lhe foi prestada por uma entidade desconhecida e que, aliás, teria interesses comerciais por detrás de qualquer informação que lhe transmitisse. Ora, tal conduta é em tudo avessa aos parâmetros de exigência a que um atleta se encontra sujeito, uma vez que este, mesmo sendo amador, não pode desconhecer que, ao filiar-se como ciclista na FPC, fica sujeito a um conjunto de deveres que não se realizam com este tipo de comportamentos. Acresce, por outro lado, que o arguido tinha ao seu dispor os

meios necessários para se assegurar se a toma do medicamento era, ou não lícita. Em primeiro lugar, o arguido não refere que o medicamento não tinha nome, mas antes que não se lembra desse nome. Ora, assim sendo, bastaria que decorasse o nome do medicamento para, depois, recorrer por exemplo ao site da ADoP, no qual é facultado a todos os atletas uma Linha Azul, um número de fax e um endereço eletrónico, que podia ter utilizado para tirar todas as suas dúvidas, nomeadamente dúvidas quanto aos medicamentos que contêm, ou não, substâncias proibidas. Pelo que, não tendo feito nada disto, resta concluir e dar como provado que o mesmo, agindo livre e conscientemente, atuou sem o cuidado necessário para se assegurar de que cumpria o dever de diligência a que estava adstrito.

iii) FACTOS NÃO PROVADOS

Inexistem factos não provados com relevância para a decisão da causa.

iv) DO DIREITO

Apurada a factualidade dada como provada, segue-se a operação de subsunção desses factos às normas legais e regulamentares aplicáveis as quais deverão, portanto, ser enunciadas nesta sede.

Assim:

Nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 33/2014, de 16 de junho, e pela Lei n.º 93/2015, de 13 de agosto [artigo 8.º, n.º 1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo], constitui violação das normas antidopagem por parte dos praticantes desportivos:

“a) A mera presença de uma substância proibida, dos seus metabolitos ou marcadores, numa amostra A de um praticante desportivo, quando o praticante desportivo prescinda da análise da amostra B e a amostra B não seja analisada, quando a análise da amostra B confirme a presença de uma substância proibida, dos seus metabolitos ou marcadores, encontrada na amostra A ou quando a amostra B seja separada em dois recipientes e a análise do segundo recipiente confirme a presença da substância proibida, dos seus metabolitos ou marcadores, presente no primeiro recipiente,”

Acresce que, nos termos do artigo 5.º da citada Lei e, também, do citado Regulamento, o praticante desportivo tem o dever de assegurar que não introduz ou é introduzida no seu organismo qualquer substância proibida, sendo em consequência responsabilizado por qualquer substância proibida que seja encontrada na amostra que lhe pertença (art.º 6.º, n.º 1, da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto).

Por outro lado, importa reter que nos termos do disposto no artigo 56.º n.º 1 da Lei, a violação do disposto na al. a) do n.º 2 do artigo 3.º da LAD constitui um ilícito disciplinar. E, acrescenta o n.º3 do mesmo artigo que a negligência é punível.

Posto isto.

Descendo ao caso concreto, a factualidade dada como provada não deixa quaisquer dúvidas quanto à integral verificação dos elementos objetivos do tipo da norma incriminatória [em concreto, *vide factos* provados 6), 7) e 8)].

Por outro lado, quanto ao elemento subjetivo da norma, cabe em primeiro lugar notar que nos termos do disposto no artigo 12.º alínea c) dos Estatutos da FPC é dever de todos os sócios cumprir os Regulamentos emanados por esta federação. Os atletas são sócios da FPC e, por consequência, estão obrigados àquele dever. Sucede que, para cumprir os Regulamentos, há que os conhecer, pelo que é forçoso concluir que os sócios da FPC estão obrigados a apreender aqueles instrumentos normativos. Por outro lado, não é concebível que alguém queira voluntariamente fazer parte de uma competição desportiva, organizada por uma federação, sem que deva inteirar-se de todas as normas que a envolvem. Não só porque isso é fundamental para a sua integração na organização, como porque pode vir a ser punido na sua esfera pessoal pela aplicação dessas normas.

O elemento subjetivo da norma prende-se, em resumo, com a existência, ou não, da culpa, enquanto pressuposto e limite da sanção que há de aplicar-se ao arguido (artigo 12.º do Regulamento Antidopagem da UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo e artigos 13.º e 40.º, n.º2, do Código Penal). A culpa pode surgir de uma de duas formas: dolo (conhecimento e vontade de realização do facto ilícito típico, ou seja, composto por um momento intelectual e um momento volitivo), ou negligência (violação de um dever a que se está obrigado e que se é capaz de cumprir).

Assim, para indagar da existência de culpa no caso em apreço, importa em primeiro lugar indagar se o arguido sabia, ou não, que, ao tomar o tal medicamento importado de um site da internet, estaria a ingerir substâncias proibidas.

Sobre este ponto, o arguido alegou que tem histórico de obesidade e, motivado pela vontade de perder peso, consultou um site (entretanto desativado e, consequentemente, inacessível) no qual poderia aconselhar-se sobre o que poderia tomar para esse efeito, através de um espaço tipo *chat* reservado para o efeito. Refere ter-lhe sido indicado um medicamento, sem contudo saber especificar qual, e que, antes de o encomendar, questionou através desse *chat* se o mesmo continha alguma substância proibida, ao que lhe foi dada resposta negativa. Segundo o arguido, esta informação terá bastado para iniciar a toma do tal medicamento, sem ulteriores averiguações, pensando estar a tomar um fármaco lícito.

Ao longo da sua inquirição, o arguido respondeu sempre de forma espontânea e descomprometida, deixando-nos convictos de que, efetivamente, não terá entrado em linha de conta com a possibilidade de esta conduta poder gerar uma situação de dopagem. De facto, as regras da experiência mostram-nos que, os atletas, principalmente das categorias amadoras *master*, quando decidem administrar medicamentos e produtos no seu organismo por motivos pessoais (terapêuticos, estéticos, ou outros), muitas vezes negligenciam o seu dever legal e regulamentar de não administrar substâncias proibidas, facto que resulta da importância relativa que o ciclismo tem nas suas vidas (surge como mero *hobbie*).

Estes e outros descuidos, por mais graves que sejam, podem de facto ocorrer, e ocorrem por diversas vezes. Neste enquadramento, e dispensando considerações sobre a sua razoabilidade para mais tarde, é credível que o arguido – tanto quanto se sabe, sem acompanhamento médico e profissional - tenha encomendado um produto para perda de peso através de um site desconhecido, baseando-se apenas numa troca de informações por meio de um *chat* disponível no mesmo site e, consequentemente, tenha formado a convicção de que o mesmo não continha substâncias proibidas, porque tal lhe foi expressamente referido através desse meio de comunicação. Assim, concluímos que o arguido não sabia que o medicamento continha substâncias ilícitas.

Posto isto, caberá agora determinar se tal ignorância se deveu à pouca diligência que dedicou à decisão de tomar o produto ou se, por outro lado, dadas as circunstâncias do caso concreto, lhe era impossível ou inexigível alcançar que o produto em causa continha substâncias proibidas (isto é dizer, cabe determinar se a ignorância lhe é, ou não, censurável).

Tendo em conta que o cumprimento do dever de diligência a que se encontra sujeito implica conhecimentos de base técnico-científica, de que os atletas não dispõem, os mesmos deverão assegurar-se da licitude da sua conduta utilizando, para o efeito, duas diligências cumulativas: *i.* Verificando, os próprios, a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos, confrontando-a com as substâncias constantes dos rótulos ou folhetos dos produtos que tomam; e, *ii.* Procurando aconselhamento especializado antes de iniciar a toma, nomeadamente, através da consulta do médico da equipa ou, não o tendo, contactando a Linha Azul da ADoP (cujo número de telefone, fax e endereço electrónico constam do site deste organismo na internet).

No caso dos autos, verifica-se que o arguido não fez nada disto. Antes, limitou-se a questionar a quem quer que fosse (se é que era *alguém*) que estivesse do outro lado do *chat* disponível no site onde encomendou o medicamento, se o medicamento *continha ou não continha uma substância proibida*. Ou seja, nem sequer questionou à entidade detentora do site *quais as substâncias* que compunham o medicamento encomendado, para posteriormente as confirmar junto de uma entidade credível em matéria de dopagem (como a ADoP), limitou-se a formular uma questão que, ficando devidamente respondida com um “não” (como sucedeu), não poderia ser confirmada de forma alguma pelo arguido, ao qual restou apenas, *decidir acreditar* naquela informação.

E, assim sendo, é *mister* concluir que o arguido não agiu com toda a diligência a que obriga o artigo 5.º da Lei Antidopagem no Desporto, que ao estipular o dever dos atletas se assegurarem de que não introduzem no seu organismo qualquer substância proibida de uma forma tão genérica e geral, sem balizas nem limites, acaba por criar um imperativo de diligência mais exigente do que o habitual critério do homem médio (*bonus pater familiae*), usualmente adotado como referência no ordenamento jurídico português. Em última análise, diríamos que a única forma de os atletas garantirem o escrupuloso cumprimento deste dever é submetendo todos os produtos que tomam ao

escrutínio da ADoP (antes de iniciar a toma, naturalmente), pelo que, por cautela, devem sempre fazê-lo.

Recentrando-nos novamente na questão que nos ocupa, cumpre concluir que, no caso concreto, era possível e exigível ao arguido que se tivesse apercebido de que o produto em causa continha uma substância proibida e, portanto, que a sua toma era ilícita. E daqui resulta que mesmo aceitando-se que este desconhecia a ilicitude da toma, é forçoso concluir que tal desconhecimento lhe é imputável (por não ter cumprido o dever de diligência que sobre ela impedia) e, como tal, não exclui a culpa nem a ilicitude do ato.

Em face da argumentação *supra* exposta, concluimos pela total verificação dos elementos objetivos e subjetivos da norma, sendo por isso legítimo concluir que, com a toma, o arguido praticou a infração prevista no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto e no artigo 8.º, n.º1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP- Federação Portuguesa de Ciclismo e, por isso, deve ser condenado.

Aqui chegados, cumpre contudo sublinhar que na amostra recolhida ao arguido foi detetada a presença de duas substâncias proibidas e, por isso, este foi acusado da prática de duas infrações às supra mencionadas normas incriminatórias. Não obstante, aqui chegados, a materialidade dada como provada aponta no sentido de que a administração das duas substâncias proibidas resultou da mesma toma (isto é, da toma do mesmo produto) – cfr. facto provado 8) – e, como tal, assim sendo, cabe afastar a hipótese de concurso de infrações (defendida em sede de acusação) e concluir que, em rigor, o arguido praticou, apenas, uma única infração disciplinar ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto e no artigo 8.º, n.º1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP- Federação Portuguesa de Ciclismo, pela qual deverá ser condenado.

Nos termos do disposto no artigo 61.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, o “(...) praticante desportivo é punido, tratando -se de primeira infração:

- a) Com pena de suspensão por um período de 4 anos, se a conduta for praticada a título doloso;
- b) Com pena de suspensão por um período de 2 anos, se a conduta for praticada a título de negligência.”.

Não sobejando dúvidas de que o arguido atuou, pelo menos, com negligência, a sua conduta será, pois, enquadrável no disposto na alínea b) do *supra* citado artigo 61.º.

Por fim, importa ainda deixar menção que que não se vislumbram existir, nem o arguido as alegou, circunstâncias que diminuam significativamente a culpa (conforme o disposto no artigo 67.º n.º3 da Lei Antidopagem no Desporto).

III. DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

A determinação da medida da pena deve ser feita em função dos critérios gerais previstos no artigo 14.º n.º 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, e no artigo 71.º do Código Penal, nomeadamente, a culpa do arguido e as exigências de prevenção, sendo certo que, na consideração das exigências de prevenção procura-se satisfazer a necessidade comunitária de punir a conduta e, conseqüentemente, realizar eficazmente as finalidades da pena, e, à consideração da culpa, preside a exigência do respeito pela dignidade da pessoa do arguido, e visa-se limitar as exigências de prevenção.

Relacionando estes dois conceitos, tem-se que as exigências de prevenção hão-de dar uma moldura dentro da qual a pena se afigura justa, e a consideração da culpa vai impor, no caso concreto, o limite inultrapassável da pena.

Para aferir tanto das exigências de prevenção, como da culpa, há que ter em consideração, então, os fatores de medida da pena, que dizem respeito à execução do facto, à personalidade do agente, e à conduta do agente anterior e posterior ao facto, o que faremos de seguida.

Estes fatores devem ser tidos em conta conjuntamente com eventuais circunstâncias atenuantes e/ ou agravantes, nos termos do artigo 22.º do Regulamento Antidopagem da UVP-Federação Portuguesa de Cicismo.

A luta contra a dopagem está intimamente relacionada com a preservação de valores que constituem a coluna vertebral do desporto – qualquer que seja a modalidade – como sejam a igualdade de condições entre as várias partes em competição, e a ética

desportiva, que se manifesta no *fair play*, lealdade e honestidade para com os restantes agentes desportivos e, ainda, para com os adeptos cuja felicidade e entusiasmo são, afinal, uma importante peça no desporto enquanto fenómeno.

Neste contexto, os atletas estão sujeitos a um elevado grau de exigência em matéria de dopagem, porquanto se está perante um assunto que ameaça tudo aquilo que, segundo se crê, o desporto representa.

Ora, atuar de forma completamente avessa a essa exigência, ignorando os seus fundamentos e propósitos, como o fez o arguido, é uma conduta que se entende com alguma gravidade, a qual não deve ser desconsiderada em sede de processo disciplinar.

Assim, temos que as exigências de prevenção geral se afiguram, *in casu*, consideráveis.

Não obstante, cabe considerar que o arguido, apesar de se crer ter ficado convencido de que não estava a praticar qualquer infração, não poderia, atentas as circunstâncias que envolveram a administração do medicamento a que fez referência aquando a sua inquirição, ter ignorado completamente a possibilidade de o referido medicamento conter uma substância proibida. Simplesmente, esperou e decidiu acreditar que tal não seria a realidade, uma vez que alguém (não habilitado para esse efeito, note-se) lhe disse que a toma daquele medicamento era lícita. Daqui decorre que essa convicção em que atuou lhe é censurável uma vez que estaria ao seu alcance evitar essa situação, bastando para isso agir no âmbito do dever de cuidado que lhe era imposto.

Pelo exposto, concluímos que o arguido agiu com negligência, que qualificamos como consciente e, no que tange à sua intensidade, elevada.

Já relativamente ao inquérito, o arguido adotou uma postura colaborativa e honesta, porém desleixada. É certo que confessou prontamente a infração, e que mostrou algum arrependimento. Porém, não cuidou de saber sequer o nome do medicamento que tomou, nem de trazer a caixa do medicamento que permitisse identificá-lo.

Para além disso, não é despidiendo notar que o arguido se trata de ciclista amador, não auferindo qualquer rendimento com a modalidade, praticando-a apenas pelo gosto

que tem pelo ciclismo, e que o mesmo referiu ter deixado imediatamente de tomar o medicamento em causa quando soube que tinha acusado positivo no controlo, referindo inclusive que, se soubesse o impacto que o mesmo iria ter em termos disciplinares, não o teria tomado.

Tais circunstâncias devem ser tidas em conta para a determinação das exigências de prevenção especial, as quais devem ser consideradas pouco elevadas, uma vez que, segundo cremos, este processo – sem precedentes no histórico disciplinar do arguido – terá servido de forma suficiente para reprimir futuras violações.

Por fim, quanto às condições sócio-económicas do arguido, as quais devem ser ponderadas para efeitos de fixação de pena de multa, importa atender que o arguido, como informou nos presentes autos, auferir um salário mensal de €790, e que, com essa quantia, tem que acorrer às despesas do seu filho, que tem 18 anos e se encontra a estudar, motivo pelo qual se entende que a mesma deve ser fixada pelo mínimo.

IV. PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando tudo quanto acima se expôs, por se julgar suficiente tanto em termos preventivos como punitivos, estando em causa a toma de uma substância proibida específica, propomos ao Conselho de Disciplina a aplicação ao ciclista xxxxx das seguintes sanções:

- i. **Pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de 2 anos** – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 61.º, n.º1, al. b) da Lei n.º38/2012, de 28 de agosto - **ao qual deve ser deduzido o período de suspensão preventiva a que o arguido se encontra sujeito desde 03.09.2018**, nos termos do disposto pelo artigo 37.º, n.º2, da Lei n.º38/2012, de 28 de agosto, e 31.º, n.º2 e 54.º, n.º8, do Regulamento da UVP-Federação Portuguesa de Ciclismo;
- ii. **Anulação do resultado obtido na prova em que acusou positivo – xxxxx** – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 74.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto;
- iii. **Invalidação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado a partir do dia xxxx** (data da prática da

infração); e,

- iv. **Pena de multa, pelo mínimo, isto é €500 (quinhentos euros)** – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Regulamento Antidopagem UVP-FPC.

Lisboa, 4 de dezembro de 2018.

A Instrutora,


(ISA DE ALMEIDA FILIPE)

Processo n.º 02/18_UVP-FPC

ACÓRDÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC

A. Identificação e Instrução

Por determinação da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) o Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 03/09/2018, contra o ciclista seu fidoado xxxxxxxxxxx portador da licença n.º xxxx tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática de uma infração disciplinar, prevista na alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto (Lei Antidopagem no Desporto), consubstanciada na presença no líquido orgânico (urina) recolhido ao arguido no final da prova xxxx que teve lugar no dia xxxx, da substância proibida específica «Efedrina» e da substância proibida «GHRP-2».

A instrução do processo foi inicialmente conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo e, após este ter renunciado ao cargo de instrutor, foi prosseguida pela Exma. Senhora Dr.ª Isa Almeida Filipe. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pela Instrutora ao Presidente.

No termo da instrução foi elaborado relatório final pela Instrutora, o qual este Conselho de Disciplina da UVP-FPC subscreveu na totalidade na reunião ocorrida no dia 18/12/2018 – quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante e incidível desta decisão. Entendeu então o Conselho que seria justo e adequado aplicar ao arguido a pena de suspensão pelo período de 2 (dois) anos.

Porém, de acordo com o art.º 27.º, n.º1, alínea a), da Lei Antidopagem no Desporto, cabe ao Conselho Nacional Antidopagem (CNAD) “[E]mitir parecer



**FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO**

prévio, vinculativo, quanto à aplicação por parte das federações desportivas de sanções, decorrentes da utilização, por parte dos praticantes desportivos, de substâncias específicas, como tal definidas na lista de substâncias e métodos proibidos.”

Nestes termos, uma vez que a «Efedrina» é uma substância proibida específica, no mesmo dia 18/12/2018 o Conselho de Disciplina da UVP-FPC pediu o referido parecer prévio ao Conselho Nacional Antidopagem.

O Conselho Nacional Antidopagem não se pronunciou nos 10 dias úteis seguintes, mas a ADoP veio aos autos comunicar que “estão preenchidos todos os pressupostos legais” e que “as penas propostas por essa federação mereciam igualmente plena concordância, por consideradas justas e adequadas” e referindo expressamente “aguardamos o envio do competente acórdão”.

B. Decisão

Depois de analisado e discutido todo o processo, os membros deste Conselho decidem, por unanimidade, aplicar ao ciclista/filiado xxxxxx as seguintes sanções cumulativas:

- i. Pena de dois anos de suspensão da atividade desportiva, por resultar provada a prática de uma infração ao disposto no art.º 3.º, n.º2, alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto, punida no termos do artigo art.º 61º, nº 1, alínea a) da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto e dos art.º 16.º, n.º1, e 17.º do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC);*
- ii. Invalidação do resultado individual obtido na prova xxxx, que teve lugar no dia xxxxx (art.º 74.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto e art.º 25 do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC);*
- iii. Anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia xxxx (art.º 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto e art.º 26.º do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC); e,*

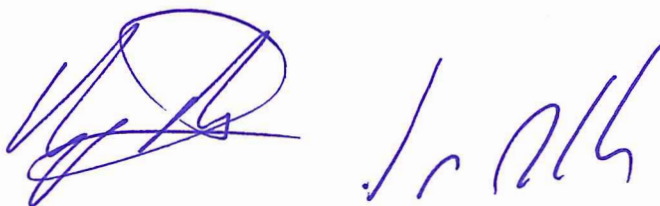
iv. Sanção de multa fixada em €500,00 (art.º 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC).

Acresce notar o atraso significativo ocorrido no procedimento de controlo – a amostra foi recolhida ao atleta em 06/05/2018 e o resultado da análise à amostra só foi comunicado à FPC em 23/08/2018 – o que, no entender deste Conselho não pode deixar de ser relevado, ao abrigo do preceituado no art.º 69.º n.º3 da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto. Como tal, a contagem do período de suspensão iniciar-se-á em 06/05/2018, data da recolha da amostra.

Notifique-se ao arquivo, juntando-se em anexo, como parte integrante da decisão, cópia do Relatório Final de Instrução, da comunicação ao CNAD com pedido de parecer prévio e dos Ofícios da ADoP n.º 46/GJ/2019 e n.º 57/GJ/2019. E notifique-se igualmente à ADoP.

Lisboa, 07 de Maio de 2019

P'los Membros do Conselho de Disciplina,



Recurso desta Decisão

As decisões do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Ciclismo relativas a matérias de dopagem são passíveis de recurso, nos termos da lei e dos regulamentos, para o Tribunal Arbitral do Desporto (em conformidade com o disposto no artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto). O recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto deve ser interposto no prazo de 10 dias, contados da notificação desta decisão (artigo 54.º, n.º2, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto).